

A formação de gestores na política pública de economia solidária

Valmor Schiochet¹, Regilane Fernandes da Silva²

Resumo O texto é um relato circunstanciado da formação de gestores públicos de economia solidária no contexto de desenvolvimento das políticas nacionais de economia solidária, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Ademais, também é explicitada a importância estratégica de fomento aos processos educativos desse tipo de economia. Entende-se que esses gestores públicos de economia solidária são militantes que assumem funções governamentais juntamente com servidores públicos que desenvolvem tarefas específicas nos espaços criados para a promoção das políticas de fomento à economia solidária.

Palavras-chave Economia Solidária; Educação Assessoria Técnica; SENAES.

Abstract The text is a detailed account of the implementation of the policy of education of public administrators of policies of solidarity economy in the context of developing national policies of solidarity economy, under the responsibility of the National Secretariat of Solidarity Economy (SENAES) and the strategic importance of promoting the educational processes of the solidary economy. Believes that the public managers of the solidary economy are militants who assume governmental functions together with government employees who develop specific tasks in the spaces created for the promotion of policies to foster solidarity economy.

Keywords Solidary Economy; Technical Education Education; SENAES.

Resumen El texto es una reseña detallada de la aplicación de la política de formación de los administradores públicos de políticas de economía solidaria en el contexto de la formulación de políticas nacionales de economía solidaria, bajo la responsabilidad de la Secretaría Nacional de Economía Solidaria (SENAES) y la importancia estratégica de la promoción de los procesos educativos de la economía solidaria. Cree que los gestores públicos de la economía solidaria son militantes que asumen funciones gubernamentales, junto con los

-
- 1 Doutor em Sociologia (UNB). Prof. do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Exerceu cargo de diretor de Estudos e Divulgação na Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (DED-SENAES) em 2003-2007 e 2011-2016. E-mail: valmorschiochet@gmail.com.
 - 2 Especialista em Gestão Pública ENAP, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-MADER/Faculdade UnB-Planaltina/Universidade de Brasília, Analista Técnica de Políticas Sociais no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. E-mail: regilanefernandes13@gmail.com

empleados del gobierno que desarrollan tareas específicas en los espacios creados para la promoción de políticas destinadas a fomentar la economía solidaria.

Palabras clave Economía Solidaria; Asistencia Técnica de Educación; SENAES.

Introdução

Este texto constitui um breve relato do esforço coletivo envolvendo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Rede de Gestores) na construção de políticas públicas de fomento à economia solidária e, em especial, no desenvolvimento de ações voltadas para a formação de gestores.

Para compreender o contexto desse processo, entendemos que a política de economia solidária enfrenta de forma permanente três desafios: o primeiro decorre do fato da economia solidária se constituir como uma forma não capitalista de organização da produção, comercialização, consumo e das finanças de caráter emancipatório e contra hegemônico. O segundo é que a ela é uma experiência histórica de classe social, de trabalhadoras e trabalhadores que, por meio de suas condições históricas concretas, promovem a cooperação, a solidariedade, a autogestão e a autonomia. O terceiro desafio está relacionado à concepção radicalmente democrática da economia solidária. Portanto, diante disso, uma política de economia solidária deve ser contra hegemônica, promover a autonomia autogestionária e ser radicalmente democrática. A questão é como encontrar as necessárias mediações para que isso se concretize em um contexto de expansão da concentração e centralização do capital, do individualismo e da burocratização do poder político.

Assim como a economia solidária, as suas políticas públicas também são experiências recentes e estão em processo de reconhecimento e construção. Elas dependem mais da força coletiva e da capacidade política e criativa de pessoas do que de determinações institucionais e estruturais, ou seja, de uma política instituinte. Recentemente, diversas experiências locais, estaduais e nacional de políticas públicas de economia solidária demonstraram as possibilidades de sua incidência nas estruturas do estado e de sua relação com a sociedade civil.

Considerando seu caráter inovador, uma política instituinte pode ser definida como um ato pedagógico, pois não existe um arcabouço definido e instituído com respostas para os desafios e dilemas da ação pública. As práticas são resultados de aprendizagem contínua e coletiva dos sujeitos nelas envolvidos. Assim, uma política pública em construção tem como um dos seus pilares centrais a promoção das possibilidades do “aprender fazendo” coletivo.

Ao longo dos últimos doze anos, a Secretaria Nacional de Economia Solidária e a Rede de Gestores experimentaram esse processo de construção. A formação de gestores de políticas públicas de economia solidária fez parte (e continua fazendo) da construção da política de economia solidária e, portanto, da afirmação socioeconômica da própria economia solidária e da democracia. Este texto é uma breve sistematização sobre o processo de construção dessa experiência, considerando a trajetória da Secretaria Nacional de Economia na construção da política nacional, da política de formação e do fomento a ações de formação de gestores (as) das políticas de economia solidária.

1 A política de economia solidária

Existe consenso em considerar que, no Brasil, a economia solidária surgiu na década de 1980 como uma resposta dos trabalhadores e trabalhadoras à crise social provocada pela estagnação econômica e pela reorganização do processo de acumulação capitalista. Na década seguinte, ela ganhou visibilidade quando foi inserida na agenda de vários movimentos sociais, incluindo o movimento sindical, enquanto uma potencialidade transformadora da luta popular e da classe trabalhadora. Aquela resposta conjuntural dos(as) trabalhadores(as) e comunidades empobrecidos assume caráter emancipatório, constituindo-se numa agenda política sustentada em práticas econômicas concretas: trabalhadores desempregados ocuparam fábricas fechadas e iniciaram a produção por meio de organização coletiva e de autogestão; agricultores familiares e assentados da reforma agrária organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços, em contraposição à subordinação à agroindústria capitalista; comunidades urbanas e rurais organizaram coletivamente grupos de produção, compras coletivas e fundos solidários e rotativos de crédito; populações de catadores de lixo (nos lixões e nas cidades) organizaram sua

atividade de coleta e reciclagem por meio de associações e cooperativas. Esses são alguns exemplos da prática da economia solidária no país articulada pelos movimentos sociais.

Não há como negar que a economia solidária é uma estratégia própria dessa fração da sociedade civil brasileira. Contudo, com a chegada ao poder local das “forças democrático-populares”, passou a ser incorporada também na agenda dos governos. Foi na segunda metade na década passada que foram implantados os primeiros programas e ações governamentais de apoio à economia solidária. Tais iniciativas ganharam maior relevância e visibilidade quando implantadas em municípios metropolitanos como Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belém e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, a economia solidária emerge igualmente como ação governamental com a pretensão de se constituir como uma política pública, isto é, tornar-se uma política de estado e não somente uma política de governo.

Tais experiências e a articulação das organizações da sociedade civil na constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária foram decisivas para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003. A criação da Secretaria Nacional, a constituição do Conselho Nacional (2006) e a realização da 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (2006) consolidam a ideia de que política de economia solidária é uma política específica. Isto é, estamos falando de uma política com um sujeito (empreendimentos econômicos solidários), uma cidadania (direitos do trabalho associado), objetivos (promover a economia solidária na agenda de desenvolvimento do país), institucionalidade própria, eixos estruturantes de programas e ações, além de princípios e diretrizes que lhe dão identidade. Sobre essas questões, os debates realizados na 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária e sistematizados em seu Documento Final são bastante claros quanto à especificidade da política de economia solidária. Dentre o conjunto de resoluções apresentadas nesse documento, podemos destacar a Resolução nº 68, a qual afirma que

A Política Nacional de Economia Solidária com suas diretrizes, princípios e objetivos deve se integrar às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável do País e aos investimentos sociais e de fomento ao desenvolvimento. Sua finalidade é promover a economia solidária na agenda de desenvolvimento do País através do reconhecimento das atividades econômicas autogestionárias, do incentivo aos empreendimentos econômicos solidários em todos os setores

(incluindo incentivos fiscais), da criação de novos grupos, do fortalecimento dos já existentes, e da integração de empreendimentos e empreendedores em redes e cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, assegurando o direito ao trabalho associado. (CONAES, 2010, p. 24).

É mister reconhecer o conjunto dos avanços que a política de economia solidária teve no Brasil, tanto no Governo Federal quanto nos governos estaduais, distrital e municípios. A entrada da economia solidária na agenda das políticas públicas veio ganhando gradativo espaço ao longo dos últimos anos. A título de exemplo, podemos fazer referência à realidade do último Plano Plurianual (2012-2015) como reveladora desses avanços: além do programa temático “Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária”, é possível identificarmos ações de economia solidária em 12 Programas Temáticos, 26 Objetivos, 34 Metas, 36 Iniciativas, e 24 Ações Orçamentárias sob a responsabilidade de 11 Ministérios ou Secretarias Especiais. Hoje, temos um expressivo número de projetos e ações em andamento que fazem a economia solidária chegar a todas as unidades federativas do Brasil. Se considerarmos somente as ações dentro do Plano Brasil Sem Miséria – que marcaram a ampliação da política pública nos últimos três anos – a economia solidária esteve presente em 2.275 municípios brasileiros com ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários, organização da produção, comercialização solidária/comércio justo, finanças solidárias e educação em economia solidária. Atualmente, existe um volume de R\$ 406.976.169,45 descentralizados para fazer com que as ações de Economia Solidária cheguem a Territórios rurais e urbanos (seja via pacto federativo, seja na parceria com organizações da sociedade civil com ações temáticas). Somente nas ações do Plano Brasil Sem Miséria prevê-se o alcance de 233.094 pessoas beneficiárias. Nessas ações, estima-se um total de 10.925 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) apoiados.

Tal processo de avanço está se consolidando com a aprovação do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, com a elaboração dos planos estaduais, territoriais e municipais e a tramitação do Projeto de Lei nº 4.685/2012 que, além de dispor sobre a Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária.

Apesar de existirem reconhecidos avanços na política de economia solidária, há consenso em afirmar que ela ainda não adquiriu uma institucionalidade permanente e não dispõe de instrumentos adequados para

garantir o direito de acesso ao crédito e financiamento, aos mercados, aos conhecimentos. Além disso, não existe ainda uma institucionalidade de articulação territorial e federativa das políticas para garantir a complementariedade da atuação da União, estados e municípios, bem como da gestão participativa envolvendo governos e sociedade civil.

Uma das razões para compreender tais limites diz respeito à necessária disputa por hegemonia que envolve a economia solidária em relação às formas capitalistas, individualistas e estatizantes de organização da economia e do desenvolvimento. Nesse sentido, o tema da Educação ganha relevância fundamental.

2 A experiência da SENAES de formação de gestores governamentais³

A entrada da Economia Solidária como uma política específica na agenda das políticas públicas institui um novo sujeito no campo da economia solidária: o gestor público da política de economia solidária. Assim, esse campo se alarga e complexifica. Ao lado dos empreendimentos econômicos solidários, das organizações e entidades da sociedade civil de apoio e fomento, temos os gestores públicos que atuam nos governos e espaços estatais. Basicamente, são militantes da economia solidária que assumem funções governamentais juntamente com servidores públicos que assumem tarefas específicas nos espaços criados para a promoção das políticas de fomento à economia solidária. Há, então, um duplo aprendizado: militantes de economia solidária aprendendo as especificidades da esfera pública e gestão do estado e servidores públicos aprendendo as especificidades da economia solidária. Além disso, houve a construção de uma identidade e organização coletiva que se consolidou na criação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária em 2003, mesmo ano de criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

A formação de gestores públicos assume dimensão e desafio estratégico para a política de economia solidária. A Secretaria Nacional de Economia solidária, desde a sua criação, desenvolveu ações nesse sentido. Isso

3 O texto que segue se baseia no Relatório 8 anos de Economia Solidária no Governo Federal (SENAES/MTE, 2012).

ocorreu basicamente por meio de duas iniciativas: a primeira, com o objetivo de subsidiar os gestores governamentais responsáveis por políticas públicas no âmbito do Governo Federal para a incorporação da economia solidária como tema transversal em políticas e programas que apresentavam potencial de interface necessário ao seu fortalecimento. A segunda, com o objetivo de apoiar iniciativas já existentes no âmbito da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária para a formação dos gestores públicos que atuavam nos níveis estaduais e municipais com políticas de apoio à economia solidária.

Originalmente, a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi vinculada ao Ministério do Trabalho, o que trouxe como primeiro desafio ampliar, no âmbito do próprio Ministério, as novas dimensões decorrentes das transformações do mundo do trabalho e da emergência das diversas formas de organização do trabalho associado e solidário. Nesse contexto, as unidades descentralizadas do MTE⁴ se constituíram em atores importantes para viabilizar a territorialização das ações da SENAES, contribuindo nas ações de articulação, mobilização e sensibilização da sociedade em torno da economia solidária e no apoio às ações da Secretaria. A ação educativa junto aos agentes que atuavam nessas instâncias organizativas do Ministério foi fundamental para incluí-las na estratégia da SENAES.

Mas, para além do Ministério do Trabalho e Emprego, a SENAES fez interlocuções com diversos órgãos do Governo Federal, o que resultou na demanda por acesso a conhecimentos e diretrizes para a elaboração de políticas públicas em interação com os princípios e valores da economia solidária, facilitando os processos de construção de parcerias e a integração das ações.

Dessa forma, a formação dos servidores e gestores da administração pública federal teve importância estratégica para a formação de quadros qualificados e comprometidos com a construção e consolidação de políticas públicas abertas às potencialidades emancipatórias da economia solidária. Com esse entendimento, a SENAES deu prioridade à execução de cursos de formação de gestores do MTE e de outros órgãos federais. Merecem destaque o registro de algumas destas atividades formativas realizadas ao longo da história da SENAES.

Foram realizados, em 2004, quatro cursos de formação em Economia Solidária para agentes das Unidades Descentralizadas do MTE que atu-

4 Trata-se das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), que em 2008 mudaram sua denominação para Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego (SRTEs).

avam ou iriam atuar com Economia Solidária. Constaram de atividades formativas com 40 horas de duração, programadas e realizadas em parceria com a Coordenação Geral de Recursos Humanos do MTE, e executadas na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Nesses processos formativos participaram 160 agentes do MTE.

A SENAES promoveu, em 2005 e 2006, mais quatro cursos (turmas), com o objetivo de desenvolver uma atividade formativa com os servidores e gestores públicos (federais) dos demais ministérios e dos órgãos do Governo Federal. Assim, houve o fortalecimento e a consolidação das iniciativas governamentais voltadas à Economia Solidária e sua articulação com as demais políticas sociais e setoriais. Novamente, em parceria com a ENAP, foram formados mais de 160 gestores públicos pertencentes a 22 diferentes órgãos federais.

De maneira mais específica, em 2008, a SENAES estabeleceu uma parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a formação dos bancários que atuavam em iniciativas de Economia Solidária. O Programa de Desenvolvimento de Gestores em Economia Solidária contou com a participação de 30 técnicos do BNDES em curso de 80 horas de duração.

O eixo central dessas atividades formativas foi a Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento e foi com base nela que se aprofundaram os debates sobre conteúdos mais específicos, tais como: economia solidária e autogestão; economia solidária e políticas públicas; redes de cooperação em cadeias produtivas; finanças solidárias; processos de recuperação de empresas em regime de autogestão; formação e educação para autogestão; e desenvolvimento local e territorial sustentável.

De modo geral, a metodologia desenvolvida nas atividades educativas proporcionou o aprofundamento teórico das temáticas com base nas experiências e vivências práticas de Economia Solidária, recuperando e valorizando o saber acumulado pelos participantes. Como preocupação originária, desenhava-se um diálogo institucional com apresentação mútua das ações desenvolvidas e troca de experiências sobre a construção de políticas públicas de geração de trabalho e renda, Economia Solidária e desenvolvimento social.

A metodologia também incluía a realização de atividades práticas que consistiam no levantamento de informações, visitas, entrevistas ou leituras sobre o desenho das políticas públicas, com a intenção de explorar as possibilidades de articulação institucional entre as ações de Eco-

nomia Solidária e desenvolvimento. Os cursos também proporcionavam momentos para a sistematização dos temas e conteúdos abordados, das exposições e debates.

Em todos esses processos de formação, a própria equipe da SENAES atuava diretamente nas atividades formativas e contava, frequentemente, com a colaboração de militantes, formadores e dirigentes do movimento da Economia Solidária para o aprofundamento de conteúdos específicos e troca de experiências. Além da sensibilização dos gestores públicos federais, o processo formativo gerou resultados importantes para a constituição das parcerias e integração de iniciativas entre os órgãos federais, resultando no aperfeiçoamento de programas e ações direcionados para o fortalecimento da Economia Solidária.

Com a mesma intenção de subsidiar as ações de gestores nos governos estaduais e municipais, a SENAES iniciou uma parceria com a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária para a realização de atividades formativas em Economia Solidária. Essa parceria foi iniciada em 2004 e contou com atividades formativas presenciais e orientadas a distância.

Essa iniciativa também se deu no âmbito da parceria entre a SENAES e a ENAP com a realização de algumas oficinas de formação para a Rede de Gestores. A metodologia adotada proporcionava a identificação e análise dos desafios e perspectivas da atuação dos municípios e estados na implementação de políticas públicas de Economia Solidária, além de incentivar a formulação de estratégias de articulação entre as políticas sociais e setoriais e a Economia Solidária.

A partir de 2005, a responsabilidade de organização dos eventos formativos passou a ser compartilhada entre a SENAES e a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária, descentralizando as atividades (nos âmbitos estadual, regional e nacional), e ampliando o número de participantes. Além disso, as atividades formativas estavam claramente articuladas ao processo de fortalecimento político da própria Rede de Gestores Públicos, a fim de configurar uma intervenção organizada na formulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais de Economia Solidária.

Nesse sentido, a ação da SENAES contribuiu de forma decisiva para a ampliação quantitativa da Rede de Gestores Públicos e para o fortalecimento e visibilidade da Rede de Gestores nos debates nacionais sobre a formulação e implementação de políticas públicas de Economia Solidária

em nível municipal e estadual. No plano qualitativo, tais ações formativas possibilitaram a socialização do conceito de Economia Solidária entre os gestores participantes e o aprofundamento das estratégias de políticas que se concretizam na formulação de diretrizes de políticas públicas.

Essa parceria se desenvolveu por meio da execução de cinco iniciativas, com apoio orçamentário da SENAES, para viabilizar os planos de trabalho elaborados pela coordenação da Rede de Gestores. É necessário registrar que a Rede de Gestores já vinha desenvolvendo uma estratégia de formação em parceria com a Caixa Econômica Federal (para financiamento) e com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia COPPE/UFRJ (para execução).

A primeira iniciativa em parceria com a SENAES foi realizada em 2004 e envolveu o debate conceitual sobre as políticas públicas de Economia Solidária (articuladas a uma pesquisa sobre o tema, realizada em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA). Em âmbito nacional e regional, as atividades de formação e mobilização possibilitaram identificar que o tema das políticas públicas era desafiador para a Economia Solidária, em especial em função do impacto que ela sofria em virtude das alternâncias nos governos, próprias do processo eleitoral.

Desse acúmulo, resultou a necessidade de manter e ampliar o processo formativo que estava se desenvolvendo em parceria com a Rede de Gestores e o Centro Josué de Castro (Recife/PE). Implantou-se o que ficou denominado de 2ª Fase do projeto, executada ao longo do ano de 2006, com atividades nacionais, regionais e locais, objetivando a troca de experiências, a reflexão coletiva das ações executadas pelos gestores em cada unidade da federação e o aprofundamento do debate sobre a construção e formulação das políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. Uma das contribuições mais relevantes desse processo formativo foi a I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada pela Rede de Gestores em 2006.

A terceira parceria da SENAES com a Rede de Gestores para atividades de formação foi executada pela ITCP/COPPE/UFRJ. Novamente, houve um conjunto de oficinas e encontros para sistematizar e aprofundar o tema das políticas públicas de Economia Solidária. Ao longo dos anos de 2009 e 2010, foram realizados 10 seminários e 6 cursos regionais envolvendo mais de 400 gestores municipais e estaduais. A centralidade temática das atividades foi o debate sobre os instrumentos das políticas públicas de Economia Solidária. Essas atividades formativas contribuíram de forma

decisiva para a ampliação e organicidade da Rede de Gestores e de sua participação na II Conferência Nacional de Economia Solidária.

No ano de 2010, uma nova parceria foi iniciada. Agora com o objetivo de ofertar um Curso de Especialização sobre Políticas Públicas de Economia Solidária para gestores públicos. O projeto está sendo executado pela Universidade Federal do Tocantins e sua Fundação de Apoio Científico e Tecnológico (FAPTO).

O objetivo do curso foi discutir diversas problemáticas da sociedade contemporânea e a gestão pública de políticas em Economia Solidária, qualificando a elaboração e a avaliação de políticas públicas dentro do seu contexto social e político, incluindo desde a história do Brasil e do Estado Brasileiro, da formação da agenda governamental até a execução dos programas e políticas públicas. Foi a primeira experiência envolvendo a certificação dos processos educativos de gestores beneficiando 385 gestores.

Por fim, a partir de 2014 estabeleceu-se um novo ciclo de articulação entre SENAES e Rede de Gestores para o desenvolvimento de um programa educativo de gestores públicos. A execução do projeto “Fortalecimento de redes de gestores de políticas públicas de Economia Solidária”, em parceria com a UNITRABALHO, objetiva a sistematização de experiências e práticas de implantação dos instrumentos de políticas públicas de Economia Solidária (Centros Públicos, Incubadoras, Fundos, Conselhos, etc.), bem como fornecer subsídios para processos participativos de formulação e implantação de práticas inovadoras na política e economia solidária. Para tanto, o projeto buscará a realização de processos participativos de fortalecimento de redes de gestores, por meio da manutenção de espaços presenciais e virtuais de articulação, da realização de processos formativos e informativos e da realização de encontros regionais e nacionais.

Considerações finais

A ação educativa de gestores de políticas públicas de economia solidária se insere numa perspectiva mais ampla de construção de uma política nacional de educação em economia solidária, cuja centralidade é promover a emancipação e transformação social por meio da organização da produção, comercialização, consumo e das finanças de forma autogestória, cooperativa e solidária.

Para a economia solidária, é fundamental a existência de políticas públicas específicas e ao mesmo tempo a sua inclusão no conjunto de políticas públicas setoriais e temáticas em uma perspectiva transversal. Ao mesmo tempo, a territorialização federativa da política, envolvendo União, estados e municípios, em uma perspectiva complementar e articulada, permitirá avançar na concretização dos ideais de garantir maior universalidade.

A educação de gestores públicos é parte desse processo instituinte da política. Não se trata apenas de ofertar possibilidades de processos formativos, mas sim de criar oportunidades para processos participativos de construção coletiva da política. Nesse sentido, a experiência formativa de gestores desenvolvida no Brasil nos últimos anos contribuiu de forma decisiva. Além do fortalecimento da Rede de Gestores, os processos educativos foram determinantes na construção de crescentes consensos sobre o caráter, os princípios, os sujeitos, os instrumentos, os espaços de participação e controle social, a interação intersetorial e transversal da política pública de economia solidária.

Observando os avanços e desafios da economia solidária brasileira ao longo dos últimos anos, é possível perceber claramente o esforço das várias forças sociais envolvidas – na ação do governo e da sociedade civil organizada – para que ela se consolide enquanto política pública de estado, estruturando o que pode vir a ser um Sistema Nacional de Economia Solidária.

Dessa forma, a decisão política da SENAES de estimular a incorporação do tema da economia solidária na agenda pública dos governos subnacionais trouxe, sobretudo nesse último quadriênio (2011-2014), o crescimento exponencial do quantitativo de estruturas de gestão pública, em diferentes portes e realidades, que passaram a incorporar a economia solidária como parte de sua política local.

Para a Rede de Gestores, isso pode significar um importante desafio a ser incorporado em sua ação estratégica para o novo quadriênio: a capacidade de converter todo o acumulado de saberes, proporcionados pelos processos formativos aqui relatados, em força política necessária para fazer sua própria ampliação enquanto identidade e organização coletiva, capaz de viabilizar espaços e dinâmicas de interlocuções, intercâmbio, geração de saberes e de ações articuladas.

Essa parece ser uma contribuição fundamental para que tenhamos no Brasil cada vez mais uma economia solidária adequadamente incorporada

ao fazer governamental, enquanto concepção e prática diferenciada, em que a ação pública de fomento às suas práticas seja convergente com os processos de promoção de um desenvolvimento verdadeiramente justo, sustentável, democrático e solidário. Não será uma tarefa fácil, mas para a SENAES constitui-se como fundamental, tendo em vista o interesse de avançar como parceira da Rede de Gestores em Políticas Públicas de Economia Solidária.

Referências

BENINI, E. A. et al. (Orgs). **Gestão pública e sociedade**. Fundamentos e políticas públicas da economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. 2 v.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010**. 8 anos de economia solidária no governo federal, Brasília, 2012.

_____. **1º Plano nacional de economia solidária (2016-2019)**. Brasília, 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. n. 1, 2007, Brasília. **Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento**. Brasília: SENAES/MTE.

_____. n.2, 2010, Brasília. **Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável**. Brasília: SENAES/MTE.

GUIMARÃES, G.; SCHWENBERG, A. (Orgs.) **Diretrizes para políticas públicas de economia solidária a contribuição dos gestores públicos**. Rio de Janeiro, ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

MEDEIROS, A.; SCHWENBERG, A.; SCHIOCHET, V. (Orgs.) **Políticas públicas de economia solidária**. Por um outro desenvolvimento. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

SCHIOCHET, V. **Políticas públicas em economia solidária: reflexões da Rede de Gestores/ Secretaria Nacional de Economia Solidária - MTE**. Rede de Gestores de políticas públicas de Economia Solidária. Centro de Estudos Josué de Castro. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2008.